

O 3º homem

A Polícia Federal tem mais um suspeito

Esta semana, possivelmente, será conhecido o nome de um terceiro policial que teria participado, no último dia 17 de novembro, em Porto Alegre, do seqüestro de quatro cidadãos uruguaios — os exilados Lilian Celiberti Rosas de Casariego, seus filhos Camilo e Francesca e Universindo Rodríguez Díaz. Na verdade, já na quarta-feira passada o terceiro policial teria sido colocado, junto a um grupo de outros cinco agentes, diante do fotógrafo João Batista Scalco, da revista *Placar*, que junto a Luís Cláudio Cunha, chefe de sucursal de VEJA na capital gaúcha, assistiu a parte do seqüestro, alertado por um telefonema anônimo. A prova de reconhecimento ocorreu na Polícia Federal, em Porto Alegre, promovida pelo delegado Edgar Fuques, chefe do inquérito que apura o incidente do dia 17 de novembro.

“Não reconheci nenhum dos seis como algum dos homens que nos apontaram armas no apartamento de Lilian àquela tarde”, informou Scalco após o depoimento. “Mas outras pessoas estavam no apartamento, no quarto, e não foram vistas por nós.” Isso, portanto, não significa a imediata absolvição do suspeito de Fuques, tanto que, informou-se na Polícia Federal, ele permaneceu depondo após a tentativa de reconhecimento. O presidente do inquérito deverá repetir o mesmo procedimento com Luís Cláudio Cunha, nesta segunda-feira, e só então revelará o nome do policial. Sabe-se, contudo, que seria ele o irmão de uma cliente do advogado João Antônio Castro — mencionado há semanas como suspeito mas jamais identificado.

QUEM É RÉU? — Contudo, o trabalho do delegado Fuques para apurar as responsabilidades pelo seqüestro não tranquiliza testemunhas e advogados. Pois, ao conversar com o advogado do Sindicato dos Jornalistas, Werner Becker, e também com a procuradora da República em Porto Alegre, Luiza Cassales, as testemunhas Cunha e Scalco descobriram que numa outra investigação oficial sobre o caso — a sindicância da Secretaria de Segurança realizada paralelamente ao inquérito da Polícia Federal —, as autoridades policiais parecem

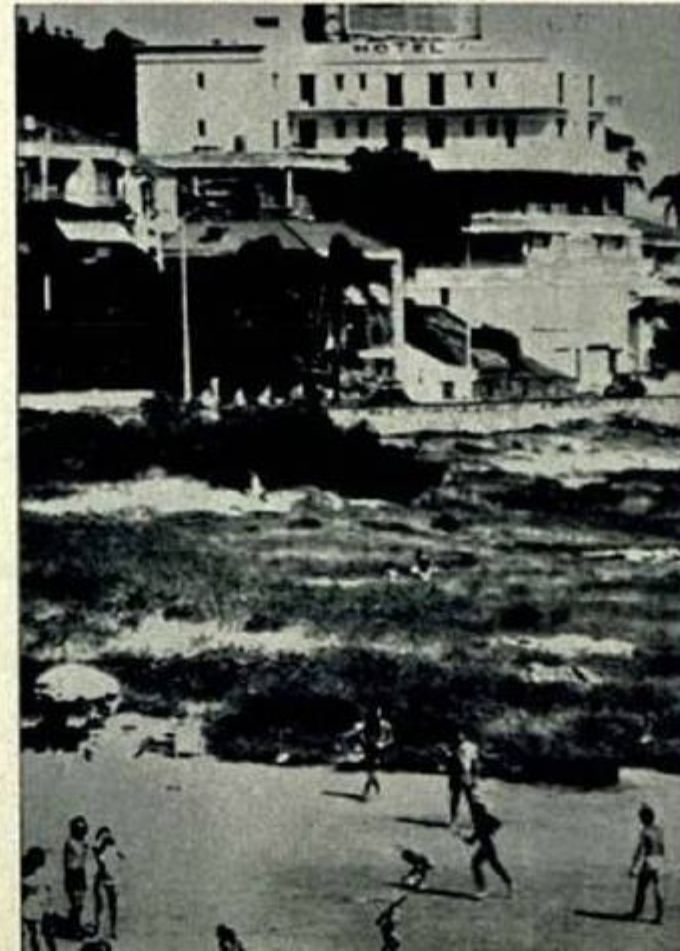
dispostas a transformá-los em acusados, lançando a suspeita de que têm ligações com os exilados uruguaios, membros do clandestino Partido por la Victoria del Pueblo (PVP).

“A sindicância, do ponto de vista jurídico, é nula”, afirmou Becker, “pois foi feita para apurar a vida pregressa de jornalistas e advogados, e não as irregularidades praticadas por funcionários da Secretaria de Segurança.” Foi esse desvio nos objetivos da sindicância que chegou a preocupar a procuradora Cassales. Ela viu nesses comportamentos uma tentativa de tumultuar as investigações, por isso, esclareceu ela na semana passada, é que pedira a supressão de algumas peças da sindicância, justamente as que tentavam envolver jornalistas e advogados em atividades subversivas.

Não seria essa a única surpresa causada pela sindicância estadual, a cujo teor, além dos promotores, só teve acesso o advogado Becker. “Eu estranho muito a extrema intimidade da polícia gaúcha com os órgãos de segurança uruguaios”, disse Becker. “Uma intimidade que fica patente na sindicância, onde há uma resma de documentos, os mais detalhados, com informações fornecidas pela polícia uruguaia, evidentemente, sobre as atividades do Partido por la Victoria del Pueblo.” Uma intimidade, segundo o advogado, que reforçaria os indícios de participação de militares uruguaios no seqüestro dos quatro exilados.

NA “RAMBLA” — Na semana passada, outra fonte voltou a confirmar essas ligações: foi divulgado em Paris um depoimento prestado frente a uma sociedade internacional de juristas pelo ex-

Ao lado do hotel: a casa onde...



primeiro-tenente do Exército uruguaio, Julio Cesar Cooper Alves — hoje refugiado em Estocolmo, Suécia. Segundo ele, “existe uma coordenação permanente” entre militares do Brasil, Uruguai, Chile, Argentina e Paraguai. Alves conhecera muitos dos oficiais uruguaios vinculados a ações de seqüestro de exilados políticos nos países vizinhos, todos membros do Servicio de Información y Defensa e do Organismo de Coordinación de Operaciones Antisubversivas (OCHOA).

No terreno prático, o caso progride lentamente. Na semana passada, porém, surgiram as primeiras luzes sobre o destino de Lilian e Universindo, no Uruguai. Com data do dia 29 passado, chegaram a várias redações brasileiras duas fotografias e uma notícia em papel timbrado do PVP. Segundo a nota, atribuída ao “serviço de imprensa” do partido, no dia 20 Lilian conseguiu enviar um curto bilhete a amigos em Montevideu, pedindo que denunciassem o desaparecimento de seus filhos (que ela não sabe já estarem com seus avós). Ao mesmo tempo, denunciava as torturas que estaria sofrendo para que fizesse uma declaração admitindo ter entrado voluntariamente no Uruguai.

As fotos mostravam uma casa na *rambla costanera*, a avenida que margeia o rio da Prata, em Montevideu. Ali, Lilian e Universindo estariam sendo torturados. A casa, ao lado do hotel Oceania, na praia de Punta Gorda, tem entrada pela rua de trás, a Calle Mar Ártico, no n.º 1227, e já foi denunciada como centro de repressão clandestina da polícia uruguaia. Lá esteve preso um jornalista também uruguaio, Rodrigues Larreta, seqüestrado por militares uruguaios em Buenos Aires, em 1976, e posteriormente libertado. O centro fica a menos de vinte quadras da casa onde Camilo e Francesca, os filhos de Lilian, vivem em companhia dos avós.

...estariam Lilian e Universindo

